

**Pontos das Deliberações do XII Congresso da ASSIBGE em que há concordância com a Direção do IBGE e cujas ações já estão sendo implementadas ou estão planejadas (Item 6 do Ofício IBGE/PR nº 228/2017)**

Item	Descrição	Motivo
2	Que a direção do IBGE retire a proposta de estatuto encaminhada pelo ex presidente, em razão do total desconhecimento dos trabalhadores a este respeito e da gravidade de suas alterações. Que, ao mesmo tempo, seja aberto um debate interno em todo o IBGE sobre a possibilidade de alterações estruturais no instituto, tendo em vista sua democratização. A ASSIBGE tem propostas a apresentar.	O projeto encaminhado está sendo revisto pela Direção, que está aberta a analisar as propostas da ASSIBGE.
4	Que a área de segurança do trabalho formule uma política de prevenção de acidentes, incêndios para as unidades, criação de CIPAS etc.	Atualmente, não contamos com profissionais da área de segurança do trabalho. Tão logo esta área seja recriada, estas ações serão implementadas.
6	Que o IBGE implemente um programa permanente e nacional voltado à preparação do servidor para a aposentadoria.	Este programa já existe na Sede e em algumas unidades estaduais. Podemos expandir para as demais unidades buscando parceria com universidades e outros órgãos.
7	Que o IBGE viabilize em todas as unidades da federação, espaço para os aposentados e que o setor de assistência ao servidor realize atividades que os envolva, bem como lhes dê acesso à internet para retirar contracheque e outros interesses relativos à relação deles com o instituto.	As áreas de atendimento de RH já são orientadas a fornecer contracheques quando houver solicitação do servidor aposentado, bem como fornecer quaisquer informações necessárias. Não temos registro de qualquer reclamação neste sentido.
8	Que o IBGE, a exemplo de outras instituições, crie um sistema de remoção interna, com critérios objetivos e transparentes, para permitir ajustar da melhor maneira os interesses dos servidores, com pedidos de permutas e que também viabilize remoções antes da convocação de um novo concurso público, possibilitando essas adequações e maior satisfação do trabalhador.	A elaboração de uma proposta de concurso de remoção interna para anteceder os concursos públicos está sendo elaborada pela CRH e será apresentada ao Conselho Diretor até o final deste ano.
11	Que tanto os APMs, quanto os estagiários possam tirar férias após cumprir um ano de trabalho, pois hoje o APM cumpre dois anos para poder tirar férias.	A Ordem de Serviço CRH 01/2015 já disciplina as férias dos estagiários nos moldes propostas. Os contratados pela 8.745/1993 devem verificar a possibilidade de usufruir as férias antes dos 2 anos com sua chefia imediata, dada a necessidade de serviço.



12	Que o IBGE tenha manutenção preventiva permanente de sua frota de carros, evitando risco aos servidores ou motoristas terceiros.	Manutenção vem sendo realizada e as Ues receberam novos carros.
13	Que o IBGE prepare uma política de recursos humanos baseada numa atuação democrática e que tenha por objetivo humanizar as relações, dar melhores condições de trabalho e ambiente aos servidores. Efetuar um planejamento estratégico com os trabalhadores, levantamento da situação da força de trabalho, perspectivas de aposentadorias e necessidade de concursos, treinamento, capacitação continuada. Repensar a política de avaliação de desempenho, reinvidicações salariais, pesquisa de clima organizacional, bem como a defesa dos servidores e dos interesses legítimos, como o duplo emprego que há anos ocorre e precisa ter, por parte da Coordenação de RH e da direção do órgão, maior empenho em sua defesa.	O planejamento estratégico foi construído de forma participativa, envolvendo centenas de trabalhadores das mais diversas áreas, com domínio dos assuntos que estavam em discussão. Já existe um levantamento da força de trabalho do IBGE e perspectivas de aposentadoria. A solicitação de um próximo concurso está sendo negociada com o MPPDG e o número de vagas está sendo estudado pela CRH. Já há duas propostas de mudança na avaliação de desempenho: uma que desvincula a GD individual da remuneração e outra que institui a autoavaliação para se contrapor à avaliação da chefia. Será realizada pesquisa de clima em 2018, após o Censo Agro. As necessidades de treinamento e capacitação continua estão em estudo pela ENCE/CTA. A questão da acumulação ilícita de cargos é questão jurídica, não administrativa.
14	Que a direção do IBGE altere o programa onde os servidores incluem os afastamentos de saúde, quando é exigida a colocação do CID. Seguindo a resolução CFM Nº 1.658/2002, do Conselho Federal de Medicina.	Esta obrigatoriedade de informar o CID foi retirada do sistema em setembro de 2015.
15	Que o IBGE assuma o compromisso de não perseguir servidores que atuem sindicalmente e participem de ações políticas, como mobilizações, greves, paralisações.	Não temos notícia de perseguição a servidores. Se houver, favor informarem à direção.
19	Enquanto houver trabalho temporário, que o IBGE pratique, a exemplo das universidades, salários iniciais iguais, bem como equiparação de todos os direitos, como indenização de campo, licenças, acompanhamento de pessoa da família, auxílio-saúde, exames periódicos, extensão da licença paternidade, seguro-desemprego, liberação para participação em fóruns sindicais.	Sobre o salário, o IBGE já vem praticando uma política de aumento dos temporários desde 2014 e continuará buscando estes aumentos. Os demais itens são questões jurídicas, que implicam na mudança da Lei 8.745/1993. Entendemos que esta proposta deve partir do sindicato para o governo. Sobre a participação em fóruns sindicais, dada a contratação em caráter excepcional, não será autorizada.
20	Que o IBGE padronize e viabilize, em nível nacional, a garantia de equipamentos de proteção individual (EPI) para os funcionários (efetivos e temporários) que trabalham com coleta em campo - boné, protetor solar, colete onde couber, mochila, bota, camiseteta.	Etendo que a CRM pode definir um projeto básico e definir os procedimentos. Em seguida, cada unidade compra seus materiais e gerencia a distribuição.



21	Que o IBGE implemente uma política onde o contato e a negociação de entrada em áreas de risco sejam feitas pelos trabalhadores efetivos (chefes ou não), mais experientes, como forma de diminuir os riscos aos APMs.	Concordamos que é papel do servidor efetivo zelar pela segurança do temporário e é possível que a DPE defina isso em norma de serviço.
22	Que o IBGE oriente que a destruição de trabalho não pode sobrecarregar os APMs em detrimento dos efetivos, bem como que as tarefas de supervisão devem ficar a cargo dos efetivos.	Essa já é a orientação que o IBGE adota, nos comprometemos a reforçar isso junto aos Chefes das Ues.
23	Que o IBGE padronize para que todos os APMs do prédio central e agências tenham email institucional para realizar suas tarefas, visto que onde não possuem sobrecarregam os emails das agências.	Concordamos e estamos verificando com a DI.
24	Que o IBGE padronize os crachás e uniformização da concessão de auxílio-transporte para trabalho, quem em alguns locais é carregado quando vai terminar, em outros é mensal ou bimensal.	Crachás e auxílio transporte já são padronizados. Detalhar o pedido.
27	Que o IBGE viabilize as mesmas condições materiais para as agências em todo o Brasil - mobiliário, computadores, imóveis, veículos etc.	Já há um projeto de padronização das agências, com grupo de trabalho instituído e gerenciado pela CRM.
28	Em caso de mudança física de qualquer unidade, que os funcionários da mesma sejam ouvidos no processo de escolha da nova unidade por meio de pesquisa de opinião, e que seja solicitado transparência por meio de divulgação de estudos que justifiquem a eventual mudança.	As mudanças de sede sempre decorrem de estudo realizado pela administração. Os servidores são ouvidos (nem sempre atendidos). Consideramos que as últimas mudanças foram bastante eficazes, em que pese casos particulares de discordância.
29	Que a direção do IBGE reinvidique, faça gestão e se comprometa a reinvidicar concurso público que supra as vagas abertas com a redução de pessoal, as aposentadorias e o trabalho temporário.	A direção está negociando novo concurso.
30	Que a direção do IBGE faça gestão, documentos, articule as entidades científicas e universidades para comprovar e reinvidicar apoio a fim de garantir um orçamento que dê conta das necessidades do IBGE em todas as suas frentes, sem quebra de continuidade e periodicidade das pesquisas e atividades administrativas.	A direção está sempre negociando orçamento.
31	Que o IBGE reinvidique e faça gestões para que a proposta de reestruturação da carreira protocolada em Brasília seja negociada, aprovada e implementada, em consonância com a ASSIBGE.	A direção está negociando o plano de carreira. Sua aprovação e implementação dependem do governo.



32	Que o IBGE viabilize melhores condições remuneratórias para os estagiários, bem como o ressarcimento de passagem, visto que recebem menos que o valor de duas passagens (R\$ 6,00) e não permitir o uso de estagiários na realização de trabalhos inerentes a servidores efetivos.	A bolsa de estágio e o valor de auxílio transporte são definidos pelo executivo para toda a administração central. Entendemos que esta negociação deve ser feita com o governo. Não temos conhecimento de estagiário exercendo atividades de efetivos.
34	Que a direção do IBGE suspenda a implementação do projeto rede e divulgue a sua última versão, para retratar aos estados e consultar os trabalhadores para reformular o projeto a partir de uma metodologia participativa.	O projeto ainda está em estudo.
35	Que a direção do IBGE apoie e libere a participação dos trabalhadores em eventos científicos e tenha uma política de valorização e formação profissional continuada dos trabalhadores.	A direção apoia e libera a participação de trabalhadores em eventos científicos. Recentemente publicou novas RCDs para licença capacitação, eventos de curta duração e participação em disciplinas facilitando o acesso dos servidores a estes eventos. Nos últimos 10 meses, foram liberados 380 servidores para ECD e 75 para licença capacitação, além do treinamento de 70 gestores no Rio e aproximadamente 150 chefes de agência.
36	Que a direção do IBGE realize treinamentos permanentes e presenciais para a realização do trabalho, visto que o treinamento EAD tem muitas limitações.	Será solicitado à ENCE/CTA plano de trabalho para capacitar instrutores nas unidades estaduais e consolidar materiais de treinamento para estes instrutores utilizarem.
37	Que as atas do Conselho Diretor sejam amplamente divulgadas, visto que o IBGE é um órgão público e precisa ter total transparência de sua gestão.	As atas são documentos públicos e podem ser enviadas a qualquer cidadão, quando solicitadas.

